



**Memórias e Trajetórias de Vida**

# “SE EU CASAR EU PERDO O GANHO”: MEMÓRIAS DE TERESA

If I marry, I lose the gain: memories of Teresa

Si me caso, pierdo la ganancia: los recuerdos de Teresa

Tania Maria Gomes da Silva<sup>1</sup>

1. Programa de  
Pós-graduação  
da Faculdade  
Metropolitana de  
Maringá -  
UNIFAMMA.

SILVA. Tania Maria Gomes da. “Se eu casar eu perdo o ganho”: memórias de Teresa. *Revista Tempo, Espaço, Linguagem*. Irati, v. 03, n. 01, p. 13-33, 2012.

## Resumo

Neste texto procuramos apresentar e discutir os relatos de Teresa, moradora da periferia do município de Mandaguari, noroeste do Paraná, entrevistada em função de sua experiência de união conjugal não legalizada no âmbito civil e religioso, modelo de conjugalidade popularmente conhecido por “amigamento” ou mancebia e aqui denominado união consensual. Valendo-nos da história oral, buscamos registrar o testemunho dessa mulher, inserindo-nos dentro de uma vertente historiográfica que, nas últimas décadas, tem buscado dar voz aos que se situam “abaixo” na escala social.

## Palavras-chave

Mulheres pobres; história oral; memória.

## Abstract

In this paper we present and discuss the reports of Teresa, who lives on the outskirts of the town of Mandaguari, northwestern Paraná, interviewed on the basis of his experience of oneness is not legalized in the civil and religious, marital model popularly known as “amigamento” or concubinage and here called consensual union. Drawing on oral history, we record the testimony of this woman, placing us within a strand of historiography that in recent decades, has sought to give voice to that lie “below” the social ladder..

## Keywords

Poor women, oral history, memory.

## Resúmen

En este trabajo se presentan y discuten los informes de Teresa, que vive en las afueras de la ciudad de Mandi, en el noroeste de Paraná, entrevistados sobre la base de su experiencia de la unidad no está legalizado en el civil y religiosa, el modelo de matrimonio conocido popularmente como “amigamento” o concubinato y aquí se llama unión libre. Recurriendo a la historia oral, grabar el testimonio de esta mujer, que nos sitúa dentro de un capítulo de la historiografía que en las últimas décadas, ha tratado de dar voz a los que se encuentran “por debajo” de la escala social.

### Palabras clave

Mujeres pobres; história oral; memoria.

## Introdução

Teresa<sup>1</sup> é o nome de nossa entrevistada. Seu depoimento integra um corpo documental maior, composto por entrevistas com vinte mulheres das camadas populares. Todas elas viviam no momento da pesquisa ou haviam vivido em algum momento de suas vidas a experiência da união conjugal não legalizada, aqui denominada união consensual, mas também conhecida por amigamento, concubinato, mancebia ou, como definiu a Constituição Brasileira de 1988, união estável.

A pesquisa foi realizada na cidade de Mandaguari, noroeste do Paraná e teve como preocupação compreender como essas mulheres vivenciam uma relação conjugal informal em um mundo em que a tudo se busca regulamentar e onde o casamento e todo o cortejo ritualístico que o envolve ainda é um valor bastante valorizado. A ideia condutora foi a de averiguar como essas mulheres se relacionam afetivamente com os seus companheiros, decodificando as estratégias de poder e de resistência elaboradas em um

---

1. No primeiro contato com essa entrevistada, em 1997, seus depoimentos foram transcritos utilizando o nome fictício de Teresa e integraram uma monografia de especialização em história social. Anos mais tarde, procurada para participar da pesquisa de Mestrado, demonstrou pouca satisfação ao saber que fora lhe dado um nome fictício no trabalho anterior. “Essa é a minha história”, alegou contrariada. Não era, evidentemente, o que ensinam os textos acadêmicos sobre o trabalho com história oral, de modo que nos sentimos desorientados. Assim, na dissertação mantivemos o seu verdadeiro nome, mas, para este trabalho, voltaremos a utilizar um pseudônimo. É importante esse esclarecimento, pois o leitor poderá ter acesso a algum texto em que os depoimentos aqui mostrados sejam apresentados de outra autoria. De fato, a melhor maneira de aprendermos história oral é fazendo-a. Manuais, ainda que nos sirvam de amparo em alguns momentos, não trazem todas as respostas e não nos colocam diante de todas as possibilidades que efetivamente surgirão na práxis da pesquisa.

mundo onde elas se encontram duplamente marginalizadas, em função de gênero<sup>2</sup> e de classe.

Os depoimentos foram colhidos no período de janeiro a agosto de 2007. Na impossibilidade de transcrever a todos, optamos por fazer um recorte, privilegiando neste artigo apenas o depoimento de Teresa, 44 anos. Sua história nos suscitou reflexões que contribuíram de maneira especial para a compreensão do universo das mulheres pobres e das relações que elas estabelecem com os seus companheiros, com a família e com o universo social em que se encontram inseridas. Sua trajetória, resguardadas as suas particularidades, não se diferencia muito de outros relatos que ouvimos de mulheres em condições econômicas e culturais similares à sua e nos permitem uma compreensão que vai além de sua experiência individual.

Como bem salientou Salvatici (2005), uma das mais relevantes contribuições trazidas pela história oral e a história das mulheres foi justamente a crítica a uma universalidade abstrata e neutra com a qual geralmente se buscou identificar o ser humano.

Desse modo, a história oral evidenciou a existência de histórias das mulheres, numa pluralidade marcada por estruturas de gênero, de classe, de religião, de nação, de raça.

### **Unões consensuais: um casamento à moda dos pobres**

Diferentes causas têm sido apontadas pelos pesquisadores como responsáveis pelo grande número de casais vivendo em união consensual no Brasil<sup>3</sup>.

Estudando a época colonial, Silva (1998) e Faria (1998), detectaram que os altos custos do processo matrimonial e da exigência de inúmeros documentos, nem sempre fáceis de serem obtidos, dificultavam a vida dos casais que queriam se unir sob a benção do matrimônio. Por isso mesmo, o concubinato, embora duramente combatido pela Igreja, não era uma questão de libertinagem ou desrespeito às leis, mas o resultado de inúmeras dificuldades, especialmente as econômicas. Às admoestações eclesiásticas se

2. O termo gênero é aqui empregado tomando como suporte teórico Joan Scott, para quem gênero refere-se às diferenças sociais e não biológicas entre homens e mulheres, constituindo-se na primeira maneira de dar significado às relações de poder. Cf. Joan Scott. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Recife: SOS Corpo, 1991.

3. O aumento das uniões consensuais não é um fenômeno circunscrito ao Brasil ou a países em desenvolvimento, mas uma realidade que tem atingido países de diferentes características. A esse respeito ver Goran Therborn, **Sexo e poder: a família no mundo. 1900-2000.** São Paulo: Contexto, 2006.

juntarão, mais tarde, as advertências de juristas quando, em 1891, a República instituiu o casamento civil.

Embora atualmente estejam despertando a atenção dos juristas e dos estudiosos, trabalhos clássicos, como os de Freyre (2000), por exemplo, nos mostram que a conjugalidade informal foi prática recorrente desde os primeiros séculos de colonização. Não falta documentação, particularmente cartas de religiosos e relatos de viajantes, lamentando essa degeneração de costumes entre os primeiros portugueses que, esquecidos da fé cristã, amancebaram-se com índias, negras e brancas pobres, numa miscigenação de raças que constrangia os defensores da moral e dos bons costumes (SILVA, 2007). Desde o primeiro momento em que puseram os pés na América os religiosos empenharam-se em pregar, batizar e casar numerosos colonos (HOLANDA, 1973) no intuito de “moralizar” a nascente sociedade.

Para Prado Júnior (2000), a falta de mulheres brancas na América Portuguesa é que teria impulsionado os homens a buscarem mancebas, comportamento que afetou a toda experiência de colonização europeia em territórios ultramarinos, inclusive naqueles que se processaram, a seu ver, de modo menos aventureiro do que no Brasil. Freyre (2000), ao analisar o comportamento dos colonizadores portugueses, chegou à conclusão de que, além de dotados de uma moral sexual mais frouxa, os portugueses chegaram desacompanhados à América, o que não lhes deixou alternativa senão o concubinato. Já Buarque de Holanda (1995), enfatiza que a colonização portuguesa nos trópicos se fez de maneira bastante “aventureira” e levada a cabo por homens dotados de grande plasticidade social, numa quase completa ausência de orgulho de raça, o que teria criado o clima necessário para a formação de relações conjugais menos sólidas entre homens e mulheres.

Inúmeros trabalhos que se debruçam sobre a história do Brasil, do período colonial aos tempos atuais, são unânimes em demonstrar o grande número de casais que não oficializavam suas relações conjugais. Prática que sempre foi mais comum, ainda que não exclusiva, entre a população mais pobre, nos diz Vainfaa (1995), para quem a incidência de concubinato entre indivíduos sem recursos e racialmente discriminados tem levado nossa historiografia a pensá-lo como opção amorosa e conjugal dos deserdados da colônia.

Atualmente as uniões consensuais no Brasil deixaram de ser privilégio das camadas populares, pois os modelos universalistas de casamento foram

cedendo lugar a situações conjugais mais heterogêneas. Após séculos de esforços para disciplinar a família constituída unicamente através dos casamentos, os discursos religiosos, jurídicos e médicos, divulgados especialmente entre o final do século XIX e início do XX, parecem ter falhado. Profundas transformações demográficas, socioeconômicas e culturais provocaram mudanças irreversíveis na esfera familiar. Por isso, o casar certinho, isto é, de véu e grinalda, deixou de ser a única maneira legítima de constituição do núcleo familiar. A própria jurisprudência acabou por acompanhar os tempos. No Brasil, a Constituição de 1988 admitiu fórum de legalidade às uniões consensuais, ainda que em seu texto deixe transparecer inegável distinção entre essas e os casamentos, valorando-as como inferiores a estes quando assim especifica, em seu artigo 226, inciso III: “Para efeito de proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, **devendo a lei facilitar** (grifo nosso) sua conversão em casamento” (CRUZ, 1997, p. 35). Ora, ao determinar que a união não legalizada deva ser convertida em casamento, evidencia-se a superioridade deste sobre aquela.

No Brasil, o número de casais que optam pelas uniões consensuais vem crescendo continuamente. Enquanto o casamento civil e religioso, modelo ainda majoritário, e o casamento só no civil e o casamento só no religioso apresentam índice decrescente, o número de casais que optam pela união consensual não para de crescer: 6, 5%; 6,9% e 11,8%, respectivamente, nas décadas de 60,70 e 80 (SILVA, 2000).

Dados do último censo revelaram uma taxa de 28,3% de casais brasileiros vivendo a conjugalidade informal. Os últimos dados disponíveis não deixam margem de dúvida: 36,4% dos casais brasileiros optaram pela união consensual ou estável. Crescimento esse que resulta, em grande parte, da maior aceitação dessa prática entre os estratos médios e altos, antes avesso a esse modelo de conjugalidade.

A família brasileira sofreu inúmeras mudanças no século XX, particularmente no que diz respeito ao papel reservado às mulheres. Elas se tornaram mais autônomas e fizeram entrada maciça no mercado de trabalho formal e nas instituições de ensino, o que refletiu diretamente na dinâmica da família. Elas também diminuíram o número de filhos<sup>4</sup>, romperam casamentos, assumiram a chefia feminina e, quando se mantiveram casadas, passaram a negociar relações de gênero mais igualitárias. Após a revolução sexual da

---

4. A taxa de fecundidade da mulher brasileira passou de 6,16 filhos na década de 1940, para 1,86 na atualidade. Cf. IBGE, 2010.

década de 60 o casamento legitimado no âmbito civil e religioso passou a ser associado ao tradicionalismo e, portanto, algo a ser superado. As uniões consensuais, também chamadas – e creio que erroneamente – de uniões livres, conquistaram, sobretudo, os jovens e as pessoas com maior grau de instrução.

A pesquisa empírica evidenciou que, ao menos nos estratos populares, as uniões consensuais seguem o mesmo modelo de hierarquia dos casamentos tradicionais: superioridade masculina e exigência de fidelidade por parte das mulheres.

Contudo, parece-nos aceitável, baseados em pesquisas que tiveram outro recorte de análise e voltadas às camadas médias (QUINTEIRO, 1990), que, se entre os estratos sociais de baixo poder aquisitivo as causas econômicas podem ser vistas como determinantes na opção por uniões não oficializadas, em outros estratos sociais mudanças culturais podem ser elementos explicativos. Uniões consensuais aparecem, por exemplo, como uma pré-análise do casamento, havendo uma tendência à regulamentação após a chegada dos filhos (ARIÉS, 1981).

O índice crescente de separações e divórcios é também parte desse quadro de mudanças e tem levado muitos a considerar que a família está desaparecendo, mas o que nos parece mais correto afirmar é que a família está se reorganizando dentro de outros paradigmas, aliás, muito mais democráticos. E uma prova de que esta instituição modificou-se sem perder a importância que tinha é a luta dos casais homossexuais, tanto do sexo feminino quanto do sexo masculino, pela possibilidade de legalização da união conjugal. Para Roudinesco (2003), quando gays e lésbicas norte-americanos, entre os anos 65-70, reivindicaram não só o direito ao reconhecimento da união, mas ao direito de adotarem filhos, buscavam justamente perpetuar um modelo que tanto haviam contestado e dão sinais de que a família, ainda que na berlinda, continua de pé.

### **História oral e memória**

Em nossa pesquisa, de caráter eminentemente qualitativo, entrevistamos mulheres de idades variáveis entre 16 e 71 anos de idade. Buscando perceber mudanças geracionais procuramos, sempre que possível, entrevistar mães e filhas.

Isto foi possível no caso de Teresa, cujas filhas, Rosário, Júlia e Elisa, também nos deram seus depoimentos, uma vez que todas tinham a mesma

experiência de união conjugal informal.

A opção pela metodologia da história oral deu-se pelo fato de estarmos trabalhando com mulheres pobres, sujeitos sociais que, de um modo geral, se encontram ausentes dos documentos oficiais e que terminam, por isso mesmo, subinvestigadas pelos historiadores.

Ser mulher, por si só, é fator de exclusão dos relatos historiográficos, que as deixou sempre desaparecidas na categoria universal dos homens: “*A profissão de historiador é um trabalho de homens que escrevem a história do masculino*” (PERROT, 2005).

Quando à exclusão de gênero se soma o pertencimento a uma classe economicamente desprestigiada, como é o caso das mulheres que compuseram a nossa pesquisa, fica ainda mais pesado o silêncio que as vitima.

Para a autora anteriormente citada, desde a sua constituição como disciplina científica no século XIX a história tem um caráter viril e seu conteúdo é, quase sempre, voltado à história pública e política em que as mulheres estão ausentes.

Há, neste século, um lugar específico para cada um: o das mulheres é o espaço doméstico.

Ainda que a historiadora francesa ressalte a contribuição de seu compatriota Michelet<sup>5</sup>, mais atento ao papel das mulheres, não deixa de registrar o esquecimento que os historiadores sempre as relegaram.

O alargamento da história, não só no que diz respeito à ampliação das fontes documentais, mas também de uma aceitação mais generosa de métodos tidos como pouco científicos, e aqui nos referimos de maneira muito especial à história oral e ao trabalho com a memória, teve passos muito importantes na trajetória da história das mulheres. O respeito pela importância da memória de cada indivíduo, que é único, constitui-se numa das primeiras lições de ética sobre a experiência com o trabalho de campo na história oral, em especial mostrando que não são exclusivamente os santos, os heróis, os tiranos, os

---

5. A historiadora Bonnie G. Smith credita à segunda esposa de Michelet, Athenais Mialaret, um papel significativo nos seus trabalhos, sugerindo mesmo que eles chegaram a fazer textos conjuntos. Ela também reeditou trabalhos do historiador, após a sua morte, reuniu citações extraídas de cartas, relatos de viagem e diários do marido. Propositamente, é claro, ela editava passagens dos diários para descrever as mulheres e não os homens. Como era de se esperar, ver uma mulher como autora e historiadora, ainda mais em simbiose com um historiador da estatura de Michelet, causou desconforto. Sua colaboração foi desacreditada por autores da época e por Febvre, anos mais tarde. Assim, na historiografia, “(...) o grande historiador, ligado à parceira ausente, inferior e sem originalidade, continua a ser o modelo sempre presente para padrões científicos misóginos”. Cf. Bonnie G. Smith. O que é um historiador. In: **Gênero e história: homens, mulheres e prática histórica**. Tradução de Flávia Beatriz Rossler. Bauru, SP: EDUSC, 2003, p.155-216.

transgressores que merecem ter suas histórias registradas, mas que todos os indivíduos, todos, frisamos, merecem ter suas histórias registrada (PORTELLI, 1997).

Para a norte-americana Dahpne Patai, autora de *Brazilian Women speak: contemporary life stories*, obra pioneira que reuniu relatos de mulheres brasileiras e publicada nos Estados Unidos em 1988,

a história oral nos permite ouvir as histórias de indivíduos e grupos que de outra forma seriam ignorados; permite expandir os horizontes do nosso conhecimento sobre o mundo; e estimula o questionamento de nossas próprias hipóteses a respeito das experiências e pontos de vista de outras pessoas e culturas (PATAI, 2010).

A expansão no número de trabalhos realizados a partir do uso da metodologia da história oral evidencia a importância e o valor que tem se buscado dar às experiências pessoais e cotidianas de indivíduos comuns. Para escrever a história das mulheres não é necessário apenas um olhar novo sob as fontes, mas o alargamento do próprio conceito de fonte documental. A história de mulheres não pode se deixar prender à documentação oficial, onde elas estão, em geral, bastante ausentes, sendo preciso enveredar pelos pequenos espaços da vida cotidiana, que se mostraram profundamente reveladores: as fotografias, os diários, peças de vestuário, os livros de receitas, as cartas e as falas que as mulheres deixaram e que nos chegam, mesmo que “deformadas” por quem as registrou. É certo que nos últimos anos essa realidade vem sofrendo modificações, com grande expansão numérica e qualitativa de trabalhos de historiadores das mulheres e das relações de gênero, mas ainda assim ainda paira um silêncio sobre a história do feminino.

Se a história dos homens é aquela que relata fatos que parece terem ocorridos sempre nos grandes campos de batalha e nos parlamentos, a das mulheres se fez especialmente na intimidade dos lares, nos becos e vielas das cidades. Não queremos dizer com isso que a história das mulheres seja uma história menor ou menos importante, mesmo que os seus passos não extrapolem os limites das portas das casas.

Sob a influência de historiadores mais sensibilizados com a história da vida privada, como Phillip Ariés e Georges Duby, é que elas, finalmente, puderam alcançar um status menos inferiorizado no campo da pesquisa

histórica. Além disso, o avanço do movimento feminista e a luta delas próprias por uma participação mais efetiva na sociedade constituíram-se em elementos que contribuíram muito para a quebra do silêncio das e sobre as mulheres.

Com base nas narrativas de Teresa, investigamos a construção de memórias das experiências de mulheres pobres. Suas lembranças têm a ver com o passado vivido, mas também com o presente em processo de andamento. Elas são importantes à medida que nos trazem a possibilidade de conhecermos o local, o bairro, os grupos, suas culturas. Por mais contraditório que isso nos pareça, a verdade é que, num mundo globalizado, pulsa cada vez mais em nós o interesse pelo local, numa quase viagem através do outro. “*Todo cientista social realiza algum tipo de viagem quando estuda, ensina ou pesquisa*”, nos diz Ianni (2000, p. 14) e o trabalho com Teresa é, sem dúvida, um processo duplo dessa “viagem” de que nos fala o autor. Viaja ela, nas suas lembranças, nem sempre doces, nem sempre fáceis, e viajamos nós que podemos penetrar em experiências que nos permitem conhecer além do que nos foi dado efetivamente viver e experimentar.

Reportemo-nos à fala esclarecedora Neves (2009).

Em uma época como a nossa, de aceleração do tempo vivido, de afirmação do multiculturalismo, de pluralismo historiográfico, de hibridismos, de interdisciplinaridade, de crise das ideologias e de intensa febre comemorativa, não custa lembrar que a onipresença dos três conceitos que conformam a tríade história, memória e cultura parece indicar, simultaneamente, pistas de algumas das nostalgias mais inquietantes de nosso tempo e não poucos dos caminhos abertos à reflexão contemporânea.

### **A entrevistada**

Teresa, assim como todas as mulheres que compuseram nosso universo de pesquisa, é pobre. A falta de recursos apareceu como fator determinante para a opção dessas mulheres e de seus companheiros pelas uniões informais. O casamento civil, ainda que seja entendido como aquele que torna as famílias mais “respeitáveis”, implica em gastos com que não podiam arcar, atormentadas por preocupações maiores: a água, a luz, o leite das crianças, remédios e roupas. Quanto ao casamento religioso, que, nos depoimentos,

aparece como aquele que “*torna as famílias mais abençoadas*”, também acaba por ser deixado de lado, seja porque também implica em despesas, seja porque não é raro que, se algumas mulheres se casem grávidas, parecem-lhes quase uma heresia, como nos disse uma delas “*casar de branco e de barrigão*”. No imaginário popular, casar na igreja, como nos confidenciou uma entrevistada, “*é prá virgem*”.

Os pobres vivem, quase sempre, na periferia, nas franjas da cidade, habitando construções precárias, vivendo em casebres, dependentes dos serviços públicos de saúde e educação muitas vezes precários, ineficientes e sem o exercício da cidadania. O termo pobre/classe popular é ambíguo e escorregadio. Marx já o definiu levando em conta a propriedade dos meios de produção, centrando-se na ordem econômica e foi criticado pelo seu reducionismo, que ignorou fatores como educação, raça, ascendência, poder, cidadania. Já para Foucault, a exclusão se dá muito mais no âmbito cultural do que social. Aqui, para efeito de melhor compreensão do que estamos entendendo por pobre, termo que, segundo os estudiosos, deve ser analisado sempre de maneira multidimensional, buscamos rápido subsídio em Cyntia Sarti, para quem a categoria engloba “(...) os destituídos dos instrumentos que na sociedade capitalista conferem poder, riqueza e prestígio” (SARTI, 1996, p. 2).

Nosso primeiro contato com Teresa se deu quando ela era moradora no Jardim Aeroporto, hoje chamado Jardim Boa Vista, periferia de Mandaguari. Essa troca de nome é bastante sintomática da maneira como os moradores percebem as mudanças ocorridas no bairro. Inicialmente composto de casebres e com um grande depósito de lixo logo na sua rua de entrada, o local era pensado como uma favela. Em pequenas cidades o termo favela é pouco empregado, mas devido às condições do local não há razão para o evitarmos.

Até a metade da década de 1990 as ruas do Jardim Boa Vista não tinham calçamento e seguiam uma linha de construção bastante incerta, com vários becos que se perdiam uns nos outros. Predominavam as casas de madeira, sendo algumas cobertas de latas ou de lona. Seus moradores, na grande maioria, eram trabalhadores informais. Desde o final dos anos 1990 o bairro vem sofrendo mudanças. Algumas ruas foram calçadas, instalou-se um posto de saúde e surgiram várias casas de alvenaria. Além disso, as habitações mais humildes deram lugar a construções menos modestas. Desse modo, podemos dizer que o bairro apresenta um perfil relativamente heterogêneo, embora

permaneça, sem sombra de dúvidas, um bairro de classe popular.

Foi para esse local que nossa entrevistada se mudou quando, em 1996, chegou à Mandaguari com pouco dinheiro, três filhas e um companheiro que acabara de conhecer na rodoviária de Jandaia do Sul<sup>6</sup> e com quem se dispôs a viver após um contato que se resumiu na troca de algumas palavras.

Vamos, pois, conhecer a entrevistada iniciando pelo relato da sua infância, ou melhor, pela maneira como essa mulher percebe esse período de sua vida, retrocedendo à juventude, à fuga para se casar com o pretendente indesejado pelo pai, a experiência do casamento forçado, a maternidade e, por fim, uma nova fuga, desta vez do marido, e a retomada da vida conjugal de maneira não oficial.

Como já enfatizaram outros estudiosos da história oral, lembrar não é um processo de viver algo de novo, mas uma reconstrução e um repensar sobre o que já foi vivido dotado de um arsenal novo de compreensão do mundo. A verdade, portanto, é sempre relativizada. Essa foi, aliás, uma das grandes críticas à validade da história oral, uma vez que o método não impede as distorções da memória, carregada de subjetividade. Hoje, contudo, essas “distorções” do entrevistado são vistas como algo positivo, uma vez que permitem uma melhor compreensão dos valores coletivos e das ações de um grupo (ALBERTI, 2008).

É assim, pois, que entendemos esse revisitar de memórias levado a efeito pela nossa entrevistada. Sabemos que muito do que é dito não foi exatamente o que aconteceu, mas o que o entrevistado ou a entrevistada gostaria que tivesse acontecido, acredita que seria o “certo” de ter acontecido. Isso nos permite perceber os juízos de valores, ao alcançar as representações ideais de uma data época e de um dado grupo.

Igual à de tantas outras meninas de famílias pobres, a vida de Teresa foi desde muito cedo marcada pelo trabalho duro. Ela não nos fala de bonecas ou brincadeiras. Sua infância foi lembrada de uma maneira muito rápida e a ênfase bastante acentuada foi dada à necessidade que tinha de ajudar os pais. Essa ajuda se efetivava de maneira dupla, tanto nos serviços na roça quanto nos serviços domésticos, o que a impediu, por exemplo, de estudar.

Teresa é semianalfabeta e não disfarçou a sua contrariedade por ter parado de estudar muito cedo: no terceiro ano do ensino fundamental, antigo curso primário. Confessa-nos que nunca reprovou e até rezava para aprender a ler, mas um dia o pai falou: “Ah, você já não vai estudar mais porque você tem 6. Localizada no Vale do Ivaí, a cidade de Jandaia do Sul está situada a 8 Km de Mandaguari.

*de trabalhar e você já dá para ser uma professora (...) Tirou nós da escola”.*

Talvez como uma maneira de tentar escapar às dificuldades cotidianas, ela, aos 15 anos, decidiu fugir com o namorado. O pai foi atrás e obrigou o casamento. Casaram-se inicialmente só no civil, mas, com o nascimento dos filhos e o desejo de batizá-los, terminaram oficializando a relação também no religioso. A união durou 18 anos e terminou porque um dia o marido arrumou outra mulher e a levou para viver junto com Teresa e os filhos.

A vida inteira só morando em sítio, fazenda. Saía de uma e entrava em outra. Aí ele arrumou outra mulher e eu me mandei. Se fosse para escrever mesmo a minha vida dava uma novela bonita. Vivi um ano aguentando para ver se ele largava. Ele trouxe ela. Dois meses viveu em minha casa junto, e eu não podia fazer nada porque eu não participava leis (...)

Pressionado pelo patrão e pelos pedidos da mãe, o marido cedeu e tirou a “outra” de dentro de sua casa, mas alugou para ela uma casa vizinha à da esposa.

Ele fazia compra pro mês e dessa compra ele tirava um pacote de cada coisa e levava para a mulher (...). Aí eu fazia a comida, tirava a comida de todo mundo no prato assim e eu quase não comia. Eu praticamente ficava sem janta todo dia, a comida não chegava.

Vemos aqui como essa mulher se subalimentava para manter uma ordenação doméstica, característica muito própria da mulher. Ao lado do papel de provedor das necessidades materiais da família, desempenhado pelo homem e, sem dúvida, o mais definidor da masculinidade, cabe à mulher o papel de conciliadora da ordem.

A vida do casal foi sempre recheada de conflitos. Teresa era vítima de violência física e verbal, mas ela, num procedimento nada incomum, nos diz que, tirando o fato de ter outra mulher, “o marido não era ruim para ela”. As mulheres, muito frequentemente associam o fato de “*por de comida em casa*” com ser um bom marido e nossa entrevistada não foge à regra: “(...) *ponhava de comer em casa. Só que era muito bailista, passeador e não gostava de me*

*levar. Nós nunca passeava junto (...). Diz que não gostava de andar com mulher e criança atrás. Se uma criança truplicasse, ele já dava um chute”.*

O marido costumava passar parte da semana nos trabalhos da roça e levava ora uma, ora outra mulher para lhe servir de companhia e fazer os serviços da casa. Cansada dessa situação inusitada, Teresa decidiu fugir. Fugiu levando consigo as três filhas, de 10, 5 e 3 anos, respectivamente. O filho de 8 anos de idade tinha ido com o pai para a lavoura e terminou ficando.

Vim para Jandaia do Sul. Pretendia ir para Ribeirão Preto. Quando cheguei em Jandaia faltou passagem para uma das meninas, porque nós era em quatro e só tinha três passagens e quando eu estava esperando apareceu este (aponta o atual companheiro que acompanha a entrevista) e por um destino aí nós já conversamos e ele me convidou para ir viver mais ele e as meninas. Então eu tinha quinhentos cruzeiros e ele disse: “Olha, você fica aqui com elas que eu vou em Mandaguari fazer umas compras prá nós”, e antes nós fomos para uma casa abandonada, sem porta, nem janela, sem nada, e entramos na casa. Ele veio para Mandaguari com o meu dinheiro para fazer as compras e disse que voltava às 3 horas, mas deu 3, deu 4, 5, 8 horas da noite e ele não aparecia. Eu tinha esquecido o nome da cidade onde ele disse que ia e também tinha esquecido o nome dele. Aí falei para as meninas: “E agora? (...) Aí eu fui para o Posto Panorama, posemo lá, eu e as meninas. Quase morremos de frio. Aí eu falei para as menina: “No outro dia a gente volta lá, se ele tiver nós fica, se não tiver nós temo que caçar outro rumo sem dinheiro de novo. Aí ele tava lá, nós fiquemo”.

Como podemos perceber, a vulnerabilidade dessa mulher era extrema, levando-a mesmo a aceitar a primeira possibilidade que a vida lhe ofereceu, ainda que bastante incerta. Apesar de o parceiro ser alguém tão pobre quanto ela, ele é um homem, o que no imaginário feminino é sinônimo de respeito e estabilidade, pois uma mulher sozinha carrega o estigma de incompleta.

Segundo Salem (1981), quando o homem está ausente da família a mulher tende a se sentir desamparada, exacerbando ainda mais suas privações de classe. Mesmo que as mulheres sejam capazes de enfrentar muita barra,

inclusive “coisas de homem”, driblando todas as adversidades da vida, há uma fantasia de que o homem é quem dá ordenamento e respeitabilidade à unidade doméstica. Para a autora, que entrevistou mulheres da favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, a mulher pobre tem no homem, seja marido, pai, filhos ou irmãos, o seu amparo. Quando a figura masculina está ausente, o desamparo se aguça.

Gostaríamos anda de levar em conta que mulheres das camadas populares vivem, via de regra, em zonas periféricas, onde o índice de violência costuma ser maior. Portanto, ser mulher e só na periferia é uma situação que apresenta maior grau de dificuldade. No caso específico de Teresa, é preciso considerarmos ainda que a situação em que ela se encontrava, sem dinheiro e com três filhas menores, não lhe oferecia grandes possibilidades. Como ela mesma confessa: *“Olha, quem está num mato sem cachorro tenta qualquer coisa”*.

Com a ajuda da Campanha da Fome, o casal conseguiu um pequeno lote de terra no já mencionado Jardim Boa Vista. Pouco tempo depois tiveram uma filha. Continuaram a viver uma união consensual mesmo quando ela recebeu a notícia de que o marido legítimo havia sido assassinado. Teresa nos informou que não quer oficializar o relacionamento por que teme perder a pensão do ex-marido: *“Se eu casar, eu perdo o ganho”*. Quanto a isto ela não está equivocada. A lei brasileira considera que toda mulher viúva tem o direito de receber a pensão do ex-marido como um meio de sustento, mas esta ajuda deve ser suspensa quando ela volta a se casar e passa a ter quem lhe dê suporte financeiro. O atual companheiro nem sempre trabalha, e quando o faz, é como bóia-fria, o que não lhe assegura um rendimento estável. Ela não vai, pois, trocar o certo pelo duvidoso. A vida dos pobres, afinal, se faz de sabedoria e praticidade.

O primeiro trabalho de Teresa, desde sua chegada a Mandaguari, foi colher café, algodão, cana. O clássico serviço de bóia-fria. O companheiro, a princípio, ia junto, mas quando ela começou a receber a pensão do ex-marido ele foi deixando de procurar trabalho. Numa atitude de evidente descontentamento, ela nos conta que ele só quer saber de ficar cuidando da casa, fazendo almoço, levando a menina para a escola.

Para piorar ainda mais, ele resolveu voltar a estudar num cursinho para adultos, no período noturno, atividade que tem lhe trazido evidente contentamento. Se ela não fizer as compras, pagar água e luz, comprar gás e

roupa ele também não se incomoda. Uma inversão de papéis que a desconcerta.

O que mais nos chama a atenção é que, embora confesse que o companheiro faz todo o serviço da casa, ela frisa com muita ênfase que ele não faz nada, o que reforça, ainda que às avessas, o preconceito contra o trabalho doméstico. Fonte de desvalorização, o trabalho doméstico, se não serve para propiciar algum status à mulher, ainda menos ao homem, pois a execução de tal atividade é vista com evidente menosprezo. Lugar de homem é trabalhando na rua. São estereótipos difíceis de serem quebrados.

Sabemos que o tempo opera mudança em toda memória, mas as entrevistas de Teresa, ainda que tomadas em três momentos e ocasiões diferentes, não apresentaram variações comprometedoras.

Como é compreensível, no primeiro depoimento, em 1997, ela mostrava-se mais confiante no relacionamento conjugal e dizia que, com a ajuda de Deus, o casal ia vivendo bem. Sete anos depois sua fala caminhava num sentido de profundo descontentamento com o parceiro<sup>7</sup>. Essa mudança na percepção da conjugalidade faz parte da dinâmica de transformação que envolve a vida de todos os seres humanos.

Gostaríamos ainda de destacar um aspecto que, de modo particular, nos chamou a atenção no depoimento de Teresa: foi o fato de ela ter partido com as filhas deixando para trás o filho de 8 anos. Isso mostra uma quebra com pelo menos dois fortes estereótipos que envolvem a maternidade: a) o de que uma mãe nunca abandona os filhos; b) quando, por algum motivo esse abandono ocorre, será sempre razão de sofrimento e culpa para a mulher. O depoimento nos descortinou outra realidade. Embora ela tenha admitido que não foi fácil deixar para trás o menino, também não se sente culpada por isso, pois acredita que, naquele momento, não havia para ela outra alternativa. Acrescente-se ainda que, anos mais tarde, com a morte do pai, o filho procurou por Teresa e chegou a morar com ela por um curto período. Como seu comportamento fosse bastante desregrado, ela o mandou de volta para viver com os avós paternos.

Será sua filha, de uma geração bem mais nova e, portanto, com acesso a pensamento menos opressor quanto ao papel da mulher/mãe, quem irá condená-la: *“Eu sinto. Sinto porque tem hora que eu fico pensando assim, a mãe tem que aceitar os filhos como eles são. Eu acho que ela não devia ter feito isso,*

7. Em 2012, fui informada por uma das filhas de Teresa que ela deixou o companheiro e foi viver com um irmão dele, mais jovem. Para a filha isto era motivo de escândalo. Contou-nos balançando a cabeça em sinal de desregrado e afirmou com nítido desconsolo: “a mãe é doida”.

*mesmo que ele fosse rebelde ela tinha que atolar (sic) ele*". O comportamento de Teresa aparece para a filha como totalmente distinto daquele que se espera de uma "mãe ideal", pautado pelo amor, pela compreensão e pelo desvelo.

Diferentes trabalhos têm tentado desconstruir o mito do amor materno como algo incondicional e integrante da natureza feminina (BADINTER, 1985). Assim, a partir da década de 1970 e 1980, pesquisadoras feministas trabalharam no sentido de revelar as tensões existentes entre o mito da mãe e as realidades concretas vividas pelas mulheres que experimentam sentimentos ambíguos diante da maternidade, que não são facilmente verbalizados, como a irritação, a raiva, o desapontamento, a insatisfação e tantos outros não compatíveis com o estereótipo da boa mãe (MARTINS, 2005).

A ideia de que o amor de mãe a tudo supera esteve muito evidenciado nos depoimentos colhidos por nós, embora as mulheres alternem momentos de exaltação da maternidade com uma sincera confissão de suas dificuldades e angústias. Muitas vezes uma fala contradiz a outra, pois não há como negar que os filhos são um pesado sacrifício na vida dessas mulheres com poucos recursos financeiros e, não raro, vivendo sem a presença dos pais das crianças. Nos depoimentos percebemos um evidente orgulho por parte daquelas que, mesmo tendo sido abandonadas, criaram sozinhas suas crianças.

As filhas de Teresa também viviam, no momento da entrevista, uniões consensuais. Todas, como a mãe, fugiram com os namorados. Todas eram mães. Nenhuma tinha estudado. Das três, apenas Júlia, às vezes, arranjava um emprego de doméstica. As outras duas eram donas de casa.

Teresa lamentava a vida das filhas por acreditar que seria melhor que elas tivessem estudado. Confessa que não é pelo fato de os genros serem pobres, pois não vê problemas em a pessoa ser pobre; *"(...) mas ser uma pessoa trabalhador, ser honesto, bom prá elas, ser um pai bom, que corresse atrás de tudo que elas precisa, eu queria tudo de bom prá minha menina, mas infelizmente eles...Eu ando meio decepcionada com os meus genro"*.

É interessante ressaltar que nas entrevistas fica muito evidenciado que as mães não desejam que suas filhas sigam trajetórias de vida semelhantes às suas. Desse modo, o desejo de que as filhas estudem e se casem legalmente aparece muito evidenciado. Referindo-se à filha mais nova<sup>8</sup>, que é filha do companheiro atual, ela afirma: *"Primeiro eu quero que ela estude bastante. Aí eu quero que ela aprenda uma profissão que eu mesmo nunca tive e espero que ela*

---

8. A filha de Teresa, então uma criança na época da entrevista, já é mãe, embora continue solteira.

*não vá casar cedo igual as outras casou*”. Todavia, sem fugir ao tradicionalismo, deixa claro que vai chegar uma hora, no entanto, que tem de casar porque *“sozinha de tudo não é bom pra uma mulher”*.

Integra a sua fala, como podemos claramente perceber, a ideia do homem como elemento indispensável à felicidade e ao bem estar da mulher. A questão da desigualdade de gênero, portanto, não se resolve apenas no âmbito da desigualdade econômica ou nos sistemas legais e institucionalizados, por exemplo, porque está profundamente arraigada no imaginário feminino que, ainda que inconscientemente, a perpetua e fortalece.

### **Conclusão**

Embora a superioridade do casamento legal tenha aparecido nos depoimentos, as uniões consensuais surgem como uma opção ainda melhor do que ser “mulher sozinha”. Se a união consensual não dota a mulher do mesmo respeito que o alcançado com o casamento legal, nem por isso o comportamento esperado difere daquele das legalmente casadas. Mesmo que o casal viva uma união não legalizada, deve seguir determinadas regras.

Nesse aspecto é importante ressaltar que a relação dos casais pertencentes às camadas populares vivendo em união consensual com os familiares do parceiro ou da parceira, segue o mesmo padrão daquele encontrado entre casais legalmente casados, isto é, aos pais do companheiro ou companheira chama-se sogra e sogro; às irmãs e irmãos, cunhadas e cunhados; sobrinhos e sobrinhas, etc. Há uma relação íntima com toda a rede de parentesco.

Já entre as camadas médias, Quinteiro (1990) percebeu que casais vivendo união consensual buscam maior autonomia em relação ao núcleo familiar. A família aceita a união, mas é mantida mais afastada do convívio íntimo do casal para que não se estabeleçam laços que venham a interferir no significado de “transitoriedade” que costuma marcar as uniões consensuais nas camadas de melhor condição econômica e onde a concepção de autonomia é mais forte do que nas camadas populares. Há uma valorização do indivíduo, com a autonomia individual sendo tida como elemento fundamental.

A relação entre vínculos familiares e individualidade constitui-se numa questão estrutural da família moderna, que é menos grupal e hierárquica (GIDDENS, 1993). Nas famílias pobres, ao contrário, a relação entre os membros é fundamental, pois é ela, quase sempre, o único ponto de apoio nos momentos de dificuldades, como a perda de um emprego, uma doença

ou mesmo uma ajuda para cuidar das crianças quando os pais precisam se ausentar para o trabalho. A família pobre atua como uma rede ramificada, “(...) configurando uma trama de obrigações morais que enreda seus membros num duplo sentido, ao dificultar sua individualização e, ao mesmo tempo, viabilizar sua existência como apoio e sustentação básicos” (SARTI, 1996, p. 6).

Outra questão particularmente importante a ser destacada é a questão da fidelidade que a inexistência da legalização do vínculo não torna menos obrigatória. E é principalmente da mulher que a fidelidade é exigida. A quebra dessa regra gera situações muitas vezes dramáticas e é, quase sempre, motivo de dissolução do vínculo conjugal.

É importante, assim, reconhecermos que as uniões consensuais não se afastam por completo do modelo das uniões legais tradicionais no que diz respeito ao aspecto comportamental de cada um dos pares, o masculino e o feminino.

A crescente complexidade do mundo moderno, que se torna cada vez mais burocrático, faz com que o fato de ser legalmente casada propicie à mulher mais segurança e, embora as novas leis concedam às companheiras os mesmos direitos da esposa, muitas mulheres nos confessaram que se sentiriam mais seguras “se tivessem o papel”, maneira usual de se referirem à certidão de casamento. De todo modo, depoimentos diversos enfatizaram um mesmo ponto: “casada ou amigada, o que importa é viver bem”. Parece-nos, pois, que está certo o ditado popular quando diz que “amigado com fé, casado é”.

## Referências

- ALBERTI, Verena Alberti. Histórias dentro da história. In **Fontes históricas**. PINSKI, Carla Bassanezi. (Org). São Paulo: Contexto, 2008.
- ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. 6 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- CRUZ, Fernando Castro da Cruz. **Concubinato “puro x impuro”**: doutrina, legislação e jurisprudência, prática. São Paulo: Livraria e Editora Universitária de Direito, 1997.
- FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

- FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Unesp, 1993.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1973.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IANNI, Octávio. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- MARTINS, Ana Paula Vosne. **Entrevista**. Disponível em <http://www.fiocruz/ccs/entrevista/ana-martins.htm>
- NEVES, Margarida de Souza. **Nos compassos do tempo**: a história e a cultura da memória. In: SOIHET, Rachel, et al. (Orgs.). **Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- PATAI, Daphne. **História oral, feminismo e política**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.
- PERROT, Michelle. **As mulheres ou o silêncio da história**. Bauru: EDUSC, 2005.
- PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho**: algumas reflexões sobre a ética na História oral. In: Projeto História (14). São Paulo, fev. 1997.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- QUINTEIRO, Maria da Conceição. **Casados não casados**: uniões consensuais nas camadas populares e médias. Campinas: Unicamp/Nepo, 1990.
- ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- SALEM, Tânia. **Mulheres faveladas**: 'com a venda nos olhos'. In FRANCHETTO, Bruna, Cavalcanti, Maria Laura e HEILBORN, Maria Luiza (orgs.). **Perspectivas antropológicas da mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- SALVATICI, Silvia. **Memórias de gênero**: reflexões sobre a história oral das mulheres. In: História oral, Rio de Janeiro, v. 8, n.1, p. 29-42, jan-jun 2005.
- SARTI, Cyntia Andersen. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral

dos pobres. Campinas: Autores Associados, 1996.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **História da família no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SILVA, Tânia Maria Gomes da. **Você acha que a gente vai poder com homem?** Práticas conjugais entre mulheres das camadas populares. Curitiba, 2007, 303 p. Tese (Doutorado em História). Setor de Ciências Humanas. Universidade Federal do Paraná.

VAIFAS, Ronaldo. **Trópicos do pecado**: moral, sexualidade e inquisição no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

**Recebido em:** 18 de março de 2012.

**Aprovado em:** 20 de abril de 2012.